

Anos 60: um período de viragem no jornalismo português*

Fernando Correia

Universidade Lusófona

Carla Baptista

Universidade Nova de Lisboa

Resumo:

Este artigo é parte de um trabalho de investigação mais alargado intitulado “Memórias Vivas do Jornalismo” que através da recolha de testemunhos de antigos profissionais, sobretudo jornalistas, mas também tipógrafos e empresários da comunicação social, visa recuperar a memória das redacções dos principais jornais nacionais, entre os anos 40 e o fim do Estado Novo. A nossa abordagem teórica, centrada nas pessoas e nas suas histórias, não dispensa o entrelaçar desses percursos profissionais com o contexto histórico – político – social – económico já que os anos 60 foram um tempo de convergências felizes: condições de crescimento económico, modernização tecnológica, profissionalização/rejuvenescimento das redacções e aumento das tiragens permitiram o fortalecimento de alguns projectos jornalísticos com lideranças mais progressistas onde a vontade de mudança dos homens pôde exercer-se com maior liberdade.

Palavras-chave:

Jornalismo; História; Memória.

*“Porém, fui aprendendo, lentamente, que se não escolhe a
geração mas que é esta que nos escolhe a nós”*

Joel Serrão

1. Enquadramento histórico

O historiador Joel Serrão, reflectindo sobre “o drama da minha geração [dos anos 40] e as razões do seu desencontro com a sociedade que era a nossa, privada de liberdade na procura das soluções adequadas”¹, considera que, entre o pronunciamento militar de 1926 e 1961, a convergência de forças fundamen-

* Este artigo faz parte de um trabalho de investigação desenvolvido com o apoio financeiro da FCT (Fundação para a Ciência e Tecnologia).

talmente tradicionalistas, como a burguesia rural e a Igreja Católica, se aglutinaram politicamente no ideário do Estado Novo [1933-1974] e do seu *representative man*, António de Oliveira Salazar.

A partir de 1933, a nova Constituição consagrou a evolução do país em três traços dominantes: o nacionalismo (com o colonialismo nele implícito), o autoritarismo (com anulação das instituições parlamentares) e o corporativismo (com a “ilegalização” do livre jogo” das tensões sociais).²

Até aos 50, Portugal manteve-se estabilizado numa estrutura “trinitária” (tripartida em sectores, percentualmente, com quase o mesmo valor) que opunha barreiras internas quase intransponíveis à mobilidade dos estratos sociais de origem campesina.

Sem surto industrializante que aumentasse os ritmos de enchimento dos sectores secundário e terciário, a emigração era a única solução para aqueles que estavam a mais (leia-se, morrendo de fome) nos campos, adianta Joel Serrão.

Mas, a partir da década de 50, o crescimento do sector secundário criou condições que desencadearam uma maior mobilidade social. Apesar dos “pesados e antigos condicionalismos sociais”, também se verificou uma evolução positiva no campo cultural, com a redução do analfabetismo (de 55% em 1950 para 35% em 1969) e o crescimento da população estudantil universitária (de 14 000 em 1950 para 20 000 em 1960 e 35 000 em 1968).

Os famigerados” anos de silêncio” (expressão de Rui Mário Gonçalves para designar a década de 50, referindo-se, em particular, ao campo editorial) não estão isentos de contradições virulentas³ entre “os apelos tradicionalistas do mundo rural e os impulsos político-sociais urbanos e burgueses no sentido do progresso e do desenvolvimento económico”.⁴

Portugal viveu nesse período uma *antinomia* crítica que se exprimia na diferença entre o *país da realidade* e o *país nominal* de que falava Alexandre Herculano – “o primeiro é o país dos casais, das aldeias, das vilas, das cidades, das províncias, bem diverso do país nominal, inventado nas secretarias, nos quartéis, nos clubes e nos jornais”.⁵

Para o historiador Fernando Rosas, “será a crise iniciada em 1958 que marca a terceira fase de recomposição do panorama político português” [a primeira decorre entre 1926 e 1931 e representa a derrota e a rendição do revilharismo republicano, ou seja, da resistência político-militar dos sectores do republicanismo que não tinham capitulado perante a Ditadura Militar; a segunda ocorre entre 1949 e 1958, anos marcados, respectivamente, pelas candidaturas dos generais Norton de Matos e Humberto Delgado à Presidência da República].⁶

O “terramoto delgadista”, como lhe chama Fernando Rosas, dá corpo a “esse imenso e imprevisto movimento popular de esperança e protesto que abala o país de norte a sul”.⁷

A esperança e o protesto, duas palavras pouco frequentadoras da “substância mansa da lógica discursiva”⁸, provocam “ondas de choque sucessivas que prolongam a situação de crise e incerteza nos quatro anos seguintes”.⁹

Uma sucessão de acontecimentos (exílio do general Delgado e “golpe da Sé em 1959; fuga de Álvaro Cunhal e outros dirigentes do PCP em 1960) culmina nesse “ano terrível” para o regime que é o de 1961, marcado pelos seguintes eventos:

- assalto ao paquete Santa Maria por um comando chefiado pelo capitão Henrique Galvão, em Janeiro; início da guerra colonial em Angola (assalto às cadeias de Luanda em Fevereiro e sangrentos ataques terroristas no Norte do país a partir de Março); tentativa gorada de golpe de Estado chefiada pelo ministro da Defesa, general Botelho Moniz; ocupação do chamado “Estado Português da Índia” pelas tropas da União Indiana em Dezembro e tentativa revolucionária de assalto ao quartel de Beja na noite de passagem do ano. Foi ainda nesse ano lectivo que se verificaram as revoltas estudantis de Lisboa e Coimbra, que culminaram na proibição das comemorações do Dia do Estudante, marcado para 24 de Março e na demissão do reitor da Universidade de Lisboa, Marcello Caetano.

O enquadramento externo desempenha igualmente um papel de influência decisivo. Foi na década de 60 que se verificaram:

- a progressiva descolonização e independência da maioria dos países africanos; a generalização da guerrilha nas três colónias portuguesas (Angola em 1961, Guiné, em 1963 e Moçambique em 1964); o isolamento externo do governo português na ONU; o movimento internacional contra a guerra do Vietname; a guerrilha guevarista na América Latina; a revolução cultural na China; o Maio francês de 1968; o esmagamento da Primavera de Praga pelos tanques do Pacto de Varsóvia; a revolução nos costumes, nos padrões estéticos e nas práticas sociais.

Por tudo isto, conclui Rosas, “os anos sessenta, no regime, pressentem-se como os do fim”. Foi um pressentimento que tardou a concretizar-se (a *situação* haveria de se *aguentar* mais 14 anos) mas este artigo sustenta, precisamente que, à medida que o regime caminhava para o fim, alguns projectos jornalísticos ousaram sair da mansidão imposta pela Censura e trilhar o caminho da modernização tecnológica, da profissionalização dos seus quadros e da recuperação de uma consciência de classe centrada em torno de valores éticos, regras de actuação e de escrita.

2. Viver com a Censura

Os mecanismos de controlo da imprensa adquirem formulação jurídica com a instituição do Estado Novo, a partir de 1933, em simultâneo com a data de publicação e entrada em vigor da nova Constituição.

O Decreto-Lei nº 22 469, de 11 de Abril, que regulava a “liberdade de expressão” institui formalmente a censura prévia, tendo por fim “impedir a perversão da opinião pública na sua função de força social e que deverá ser exercida por forma a defendê-la de todos os factores que a desorientem contra a verdade, a justiça, a moral, a boa administração e o bem comum, e evitar que sejam atacados os princípios fundamentais da organização da sociedade” (artigo 3º).

Luís Augusto Costa Dias nota bem como “na sequência dos acontecimentos próximos do 28 de Maio de 1926 [golpe militar liderado pelo marechal Gomes da Costa que derrubou o governo republicano conduzido por António Maria da Silva, sendo Presidente da República Bernardino Machado] sabemos ter sido de pronto, arbitrariamente imposta, a célebre e duradoura vinheta que os cabeçalhos dos periódicos passaram a ostentar, logo nos meses subsequentes ao golpe militar, como estigma sobre a liberdade de imprensa: *Visado pela Comissão de Censura*”.¹⁰

Poucas alterações se verificaram no domínio da informação após a tomada de posse de Marcello Caetano como chefe do Executivo, em Setembro de 1968 (eterno *delfim* de Salazar, Caetano possuía já experiência governativa, tendo sido ministro das Colónias entre 1944 e 1947 e ministro da Presidência entre 1955 e 1958).

O seu estilo governativo, exemplarmente definido pelo próprio como “evolução na continuidade”¹¹ acabou por privilegiar uma mudança mais nominal do que real: a PIDE (polícia política) passou a chamar-se Direcção-Geral de Segurança, o Secretariado Nacional da Informação e Cultura Popular (SNI) passou a designar-se Secretaria de Estado da Informação e Turismo; a Comissão de Censura passou a Comissão de Exame Prévio.

Em Abril de 1970, os deputados Sá Carneiro e Francisco Pinto Balsemão, da ala liberal da Assembleia Nacional, apresentaram um projecto de Lei de Imprensa que reduzia significativamente o âmbito de actuação da Censura e que recebeu o apoio do Sindicato Nacional dos Jornalistas.

Dois anos depois, a 5 de Maio, o Governo publica o Decreto-Lei 150/72, que fez desaparecer (teoricamente) a censura, passando a existir “uma nova tipologia de decisões censórias, com “visto” e “autorizado”, “autorizado com cortes”, “suspensão”, “demorado” ou “proibido”.¹²

Se até aí obrigava, a nova lei passa agora a proibir qualquer referência ao facto das publicações serem sujeitas ao “exame prévio”. Os jornais ficam proibidos de escrever “visado pela censura”, inscrição que no dia 31 de Maio de 1972 se publica pela última vez no cabeçalho dos periódicos nacionais.

É costume associar-se a Censura aos cortes, às vezes parciais, às vezes totais, definidos a lápis azul nas provas tipográficas que os jornais eram obrigados a enviar aos censores antes da publicação. Mas a censura também actuava impondo a publicação dos comunicados oficiais.

Pedro Foyos, ex-jornalista no *República* e no *Diário de Notícias* recorda que “essa era uma violência terrível, a obrigatoriedade de publicar as notas oficiosas, ou seja, o jornal não tinha o direito de omitir a publicação”.¹³

Entre a (muito) extensa correspondência trocada entre os directores (e outros responsáveis) dos vários jornais e os serviços de censura (para além dos contactos telefónicos quotidianos), protestando contra as mais variadas intromissões, frequentemente com conhecimento para o próprio Salazar, que amiúde respondia pelo seu punho, encontramos uma frase elucidativa da pouca resistência que os censores encontravam nos jornais.

Salazar argumenta da seguinte forma com o Conselheiro Fernando de Sousa, director do jornal *A Voz*: “Não sei precisamente o que se passou acerca da nota oficiosa do Ministério da Agricultura. Fui consultado quando se recusou à publicação (...). É claro que V. Ex^a poderia reclamar – e teria por si a lei – se a nota excedia as dimensões comuns. Se o tivesse feito, certamente obteria justiça, ou prescindindo-se da publicação em “*A Voz*” ou ordenando-se a sua publicação por partes em dias sucessivos ou ainda pagando-se o custo do excedente. *Devo porém dizer que não tem sido preciso obrigar nenhum periódico a publicar as notas do governo, mesmo as mais extensas: todos têm prestado esse serviço voluntariamente*”.¹⁴

A maioria dos nossos entrevistados corrobora as conclusões de Graça Franco: “Com a institucionalização da censura, nomeadamente após a Grande Guerra, o processo de sujeição dos jornais simplificou-se consideravelmente, apoiando-se no funcionamento paralelo de uma instituição real que se denominava “autocensura”. O jornalista só escrevia o que achava susceptível de “passar”; as chefias, preocupadas com a feitura do jornal, só deixavam passar o que não tivesse hipótese de ficar retido (e atrasar o jornal) nos serviços de censura; a direcção só permitia o que não levantasse problemas à saída do jornal e, por último, a prova seguia o caminho que a censura deliberasse”.¹⁵

Avelino Rodrigues, ex-jornalista d’ *O Século*, conta que “os textos eram lidos pelo chefe de redacção. A partir de uma certa altura, ele já não lia. A responsabilidade editorial do jornalista ia crescendo à medida que dava provas que escrevia bem, não dava *calinadas* e não entalava o jornal junto da censura (...) Isto é inacreditável, mas fazia parte da responsabilidade editorial do jornalista não fazer atrevimentos que chateassem a censura”.

Afonso Serra, ex-jornalista do jornal *Novidades*, pertença da Igreja Católica, confirma a mesma prática: “Já sabíamos que eles iam cortar aquilo, para que é que havíamos de estar a escrever? (...) Até causava dificuldades aos próprios serviços do jornal, na tipografia. Então a malta não escrevia”.

Abílio Marques Pinto, ex-jornalista do *Primeiro de Janeiro*, jornal sediado no Porto, onde chefiou a secção desportiva e foi depois chefe de redacção, considera que “o *PJ* nunca foi um jornal submisso, nunca lambeu as botas ao regime mas

também nunca o hostilizou. O director dizia muitas vezes aos jornalistas – quando via qualquer bicada ao Governo – que não queria que as notícias deixassem de ser publicadas mas também não queria que hostilizassem deliberadamente o Governo. Dizia-nos para darmos as notícias que a censura deixasse passar. *Não estivéssemos com habilidades*”.

Roby Amorim, ex-jornalista do *Diário Ilustrado* e d’ *O Século*, constata que “os jornais tinham entrado num *rame rame* onde não havia criatividade, ninguém estava disposto a tentar fazer o que quer que fosse de novo. Não era preciso pensar, era tratar o dia-a-dia normal, sem qualquer interesse”.

Acrescenta com ironia: “a censura tinha uma grande vantagem – não era necessário confirmar as notícias. Se deixasse passar, a notícia estava confirmada. Não havia hipótese das empresas serem processadas porque a censura tinha achado que estava muito bem”.

Entre os finais dos anos 50 e na década de 60, o contexto económico- sociológico e a mudança na paisagem humana dos jornais, com a entrada em cena de uma nova geração de jornalistas mais politizada, com maior preparação académica e, sobretudo, um grande desejo e vontade de mudança, conjugam-se para sacudir (um pouco) este clima de acomodação aos ditames externos.

2.1. O papel dos directores dos jornais e dos chefes de redacção

A partir da publicação do Decreto-Lei 26 580, de 14 de Maio de 1936, ganha formulação jurídica o que “já era uma prática corrente e que assim se manteve até ao 25 de Abril: só autorizar a criação de novas publicações a pessoas de confiança da ditadura, ou que se julgava serem-no”.¹⁶

No artigo 2, a lei estipula que “nenhuma publicação, periódica ou não, mas sujeita por lei ao regime de censura prévia, poderá ser fundada sem que seja reconhecida a idoneidade intelectual e moral dos responsáveis”.

O principal critério usado para aferir da idoneidade era, obviamente, o da confiança política, que também norteava a escolha dos directores dos jornais, cujos nomes eram previamente sujeitos a aprovação governativa.

Essa circunstância conduz, em alguns casos, a uma situação de relativo apagamento da figura do director do jornal. O cargo foi amiúde exercido por pessoas que aceitavam a incumbência porque era prestigiosa mas não tinham qualquer ligação anterior, interesse ou competência específica para as suas exigências, pelo menos *tal como as entendemos hoje*.

Mesmo nos casos em que o director coincidia com o proprietário do jornal e tinha por isso uma importância decisiva ao nível da gestão empresarial – por exemplo, João Pereira da Rosa n’*O Século* ou Manuel Pinto de Azevedo no *Primeiro de Janeiro* – e/ou eram pessoas de reconhecido mérito intelectual –

como Norberto Lopes no *Diário de Lisboa*, Carvalhão Duarte e Raul Rego na *República* ou Augusto de Castro no *Diário de Notícias* – raramente interferiam directamente no quotidiano da redacção.

Roby Amorim lembra que “Pereira da Rosa era o director, mas nunca interferia na redacção. Mesmo nunca! Ia para o jornal todos os dias, ia para o seu gabinete mas nem sequer o víamos durante dias e dias”. Mas, então, o que fazia? “Nada! Fazia uns poemas, uns versos, uns fados para a Amália e até nem eram maus”.

Abílio Marques Pinto fala de Manuel Pinto de Azevedo Júnior como “um homem de grande poder económico. Mas só se entregava ao jornal porque era das coisas que ele tinha – e tinha muitas coisas – aquela que mais gostava e onde passava o tempo (...) Tinha o hábito de entregar pelouros a pessoas de confiança e deixava rolar, quer dizer, dava-lhes plena autonomia. Foi isso que fez quando me entregou a chefia: “Você vai ter uma liberdade total para dirigir a sua secção. Assim como lhe dou toda a liberdade de decisão e de actuação, também o responsabilizo completamente. Qualquer coisinha que aconteça você é o responsável. Não vai dizer que foi *fulano* ou *sicrano*”.

João Coito, chefe de redacção do *Diário de Notícias* até Abril de 1974, recorda as visitas do director durante as *noites longas* de fecho do jornal, por volta das quatro, cinco da manhã: “O Augusto de Castro ia sempre, até ser mais idoso. Era praticamente eu que despachava aquilo, ele já não me pedia nada, mas gostava de ver a maqueta da 1ª página, perguntava o que vai aqui, o que vai ali, e eu explicava-lhe”.

Mário Ventura Henriques, ex-jornalista do *Diário Popular*, resume com crueza o papel do então director, Martinho Nobre de Melo, ex-embaixador: “Era um tipo que não servia para nada, vinha do tempo do Sidónio Pais (...) Às tantas ganhou *fumos* de articulista e então escrevia – mas escrevia muito mal – as “Notas Económicas”.¹⁷

Alguns directores escreviam, como Norberto Lopes, que assinava no *Diário de Lisboa* as “Notas do Dia”, uma coluna publicada na primeira página, além do editorial. Mas era uma excepção.

A maioria dos directores dos jornais portugueses durante os anos 50 e 60 *vigiavam* e *protegiam* a redacção, mantendo-se distantes no espaço de trabalho (com gabinetes próprios delimitados, pouco circulavam na redacção), nas relações sociais (muito formalizadas), sem criar oportunidades de convívio profissional (não discutiam decisões editoriais, não participavam na feitura do jornal).

A sua presença, que nos melhores exemplos era interiorizada como referência moral, fazia-se sentir ocasionalmente num registo punitivo: “o Norberto ficava fulo quando nós não apanhávamos os assuntos da mesma forma que o *Diário Popular*, dava-nos umas *rabecadas*”, conta João Gomes, ex-jornalista do *Diário de Lisboa*.

Também Abílio Marques Pinto lembra: “se viesse uma notícia interessante no *Jornal de Notícias* que nós falhávamos, se fosse no Desporto o director chamava-me: “Olhe lá! Como é que o *Notícias* traz isto e você não traz?!”

O director era o *interface* entre a censura e o jornal quando as tentativas feitas pelo chefe de redacção não funcionavam. Cabia-lhe então telefonar para os serviços de censura e (iradamente ou com mesuras e delicadezas, conforme os feitos, as táticas e os humores) pedir explicações sobre as frequentes demoras na devolução de provas tipográficas.

Embora fossem muito diferentes, por vezes diametralmente opostas as sensibilidades políticas – desde Augusto de Castro, que fazia parte da elite do regime e era visita semanal de Salazar até Raul Rego ou Norberto Lopes, opositoristas convictos – ninguém gostava da Censura.

“Em termos profissionais, éramos todos pela liberdade de Imprensa”, afirma Mário Ventura Henriques. Opinião partilhada por Veiga Pereira, ex-jornalista do *Diário Ilustrado* e do *Diário de Lisboa*: “Toda a gente, incluindo uma grande parte dos que apoiavam o regime, eram contra a Censura. As pessoas sentiam-se coagidas”.

No que diz respeito à gestão corrente do jornal, a figura central era o chefe de redacção (com o apoio dos sub-chefes, quando os havia). Esse protagonismo era agudizado por duas características deste período: a tendência, atrás descrita, para a simbolização do cargo de director; a escassez de outros interlocutores entre as chefias e os jornalistas que ajudassem a diluir e partilhar responsabilidades.

A centralização na figura do *chefe* reflectia o modelo organizativo da redacção: um director pouco interventivo e distante, um colectivo de jornalistas onde poucos eram especializados (com excepção da crítica cultural mas que era frequentemente exercida por colaboradores externos), escassa segmentação dos assuntos (as secções mais assumidas eram a *Cidade*, o *Estrangeiro*, o *Desporto* e os *Espectáculos*) e a subordinação do trabalho mais aos ritmos da produção do que a uma prévia formatação gráfica que, de qualquer modo, mesmo quando existia, era permanentemente desarranjada pela intromissão da censura.

Ao chefe de redacção cabia, entre outras tarefas, a selecção dos assuntos, a marcação de serviços, a aprovação final dos textos e dos títulos, as decisões principais quanto à valorização gráfica das matérias e, por norma, a negociação com os censores.

Roby Amorim considera que “a maioria dos chefes de redacção estava total e completamente ligada ao regime” mas talvez seja uma avaliação demasiado dura. Do chefe de redacção exigia-se pragmatismo, ou seja, também a capacidade de evitar conflitos. “O chefe de redacção tinha de contemporizar”, admite Urbano Tavares Rodrigues, antigo jornalista do *Diário de Notícias*, *Diário de Lisboa* e *O Século*.

Mário Ventura Henriques recorda Fernando Teixeira, chefe de redacção do *Diário Popular*: “Só não nos tratava a chicote porque não podia mas era realmente cavalo, sendo um bom prosador. Escrevia bem, mas não era jornalista. Tornou-se um bom artífice daquela *cozinha* diária do jornal – marcar a agenda, cumprir os horários, apanhar os comboios”.

A corrida para os comboios era “o grande drama diário”, salienta Pedro Foyos, para quem a coação exercida pela censura se jogava também na ameaça bem concreta dos danos económicos causados pelas multas ou, ainda mais grave, pelos atrasos: “Um jornal que perdia os comboios e, às vezes, tinha mesmo que perder, porque tinha as páginas todas em rama, tudo devidamente aprontado para ir para a impressora e *zuca*, ali uma talhada de meia página atrasava de tal maneira que já não dava para ir (...) Se esses exemplares todos, que no total eram a maior parte da tiragem, o resto era Lisboa, não estivessem em Santa Apolónia à hora de partida dos comboios, eram exemplares perdidos com prejuízos financeiros terríveis”.

Enquanto Baptista-Bastos, ex-jornalista d’ *O Século* e *Diário Popular* recorda o chefe de redacção d’ *O Século*, Acúrcio Pereira, como “um tipo pequenino, lendário por causa dos gritos, tipo colérico”, Pedro Foyos descreve Artur Inês (do *República*) como “um chefe de redacção à antiga. Trabalhei 12 anos com ele e nunca o vi sorrir”.

Avelino Rodrigues, d’ *O Século*, lembra-se de “ouvir o chefe de redacção aos berros: “Então isto faz-se, *sua besta!*”. Os nervos rebentavam com a aproximação da hora de fecho. Daí o apelo de Acúrcio Pereira ser comum a todos os chefes de redacção: “Não me lixem, já sabem que isto não passa, estamos a perder tempo”. Fazer o jornal com os constrangimentos da censura era “um jogo dramático que exigia muita tenacidade”, resume Pedro Foyos.

3. Lugar aos novos

Os anos 60 do século XX representam, na história do jornalismo português, um período de modernização tecnológica, fortalecimento económico das empresas jornalísticas e um relativo rejuvenescimento e profissionalização dos quadros.

Enquanto nos anos 40 e 50, os jornalistas licenciados eram uma raridade nas redacções, nos anos 60 já havia muitos com, pelo menos, frequência universitária. Esse factor foi importante a vários níveis:

- aumentou os recursos cognitivos, estilísticos e culturais disponíveis nas redacções;
- muitos desses jornalistas formaram-se no contexto das lutas estudantis, possuindo um perfil idealista, voluntarista e com uma grande consciência política e social;

- aproveitaram um espaço que estava vazio nas redacções, por inércia, cansaço ou desistência da geração anterior, ganhando maior autonomia no trabalho, tomando iniciativas, propondo e concretizando ideias de reportagens, entrevistas, experimentando outras formas de escrita, resistindo ao uso costumeiro da retórica laudatória do regime, abrindo o jornalismo para os campos onde era possível exercer capacidade crítica e interpretativa, nomeadamente através do tratamento (ainda que moderado) das questões sociais e culturais.

3.1. Vontade de saber, Desejo de mudar

Na ausência de qualquer escola ou curso de jornalismo (a primeira licenciatura iniciou-se em Portugal apenas em 1979, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa), a preparação dos futuros profissionais fazia-se naturalmente na *tarimba*.

A maioria dos nossos entrevistados iniciou as suas funções nos jornais durante a década de 50 e as formas de acesso à profissão são relativamente idênticas: através de “conhecimentos” pessoais, muitas vezes familiares, que facilitaram a abordagem ao director ou chefe de redacção; por terem adquirido alguma experiência e notoriedade colaborando em suplementos juvenis, culturais ou em jornais de província; em casos mais raros – mas significativos do desejo de alguns padrões mais progressistas em mudar as regras habituais de recrutamento – por terem ganho concursos de reportagem ou de conto cujo prémio era, justamente, a possibilidade de estagiar no jornal.

As redacções que estes (então) jovens encontram estão envelhecidas; são esmagadoramente constituídas por homens sem habilitações escolares superiores; reina uma prática de duplo, por vezes triplo emprego.

Para compensar os salários, que eram considerados baixos, os jornalistas circulavam entre os jornais da manhã e os jornais da tarde; outros acumulavam as funções jornalísticas com outras profissões, normalmente no sector público.

Eram espaços bastante anacrónicos do ponto de vista tecnológico – nesta altura, todos os jornais em Portugal praticavam a tipografia em chumbo, as máquinas de escrever eram ainda uma raridade, nem todos possuíam *telex*, a maioria dos jornalistas deslocava-se a pé ou de *eléctrico* para os serviços no exterior, as provas tipográficas eram enviadas em mão para os serviços de censura por contínuos diligentes.¹⁸

As relações, no interior das redacções, entre os mais velhos e os mais novos, estruturavam-se segundo um modelo paternalista. Ninguém era responsável directo pela orientação do estagiário, mas alguns dispunham-se a ensinar algumas das técnicas básicas da profissão.

Pedro Foyos começou a trabalhar no *República* com apenas 15 anos, em 1960, e lembra “a condescendência de alguns grandes jornalistas que tinham a sensibilidade e a generosidade de dar a mão aos mais novos”. Mais do que um percurso objectivado, com etapas definidas, a vida e a progressão de um estagiário no jornal dependia, em primeiro lugar, das suas próprias capacidades de escrita e adaptação às regras da cultura jornalística vigente; em segundo lugar, dos afectos positivos que fosse capaz de gerar à sua volta.

Baptista-Bastos começou a escrever n’ *O Século* com 20 anos e recorda com saudade a redacção deste já extinto jornal, constituída por velhos herculanistas, “alguns tinham conhecido o Eça [de Queiroz], vinham do século XIX. Eram muito rigorosos, interpretavam aquilo como uma espécie de chão sagrado, se um tipo fazia uma aliteração mal feita, chamavam logo: “Olha que isto está mal feito!” (...) A gente, quando é novo, tem a mania que é Shakespeare, depois ensinam-nos: “Você não passa de um Gervásio Lobato!”. Aqueles gajos punham-nos logo na ordem, nem ia ao chefe de redacção, passava pelos passadores de prosa: “Tenha paciência, está a trabalhar num jornal que custa cinco tostões, tem de ter respeito”.

Mário Ventura Henriques caracteriza da seguinte forma o ambiente dos seus primeiros tempos no *Diário Popular*, para onde entrou em 1958: “Eles [os mais velhos] não sabiam ensinar. Mas eram intuitivos, às vezes geniais (...) No fundo, o espírito era: “Este talvez se faça!” (...) A tendência era dizerem que nós não sabíamos nada e por isso os mais novos também se defendiam. Tínhamos medo de perguntar para não mostrar que éramos débeis e isso gerava uma situação um bocado equívoca em que nós íamos tentando fazer diferente, ou melhor, se possível”.

Abílio Marques Pinto corrobora: “Aquilo a que se chamava estágio não era estágio nenhum. Era só para que o chefe de redacção, os escritores, avaliassem as aptidões do estagiário. Andavam três ou quatro meses a ler-lhe os textos e depois diziam: “Olha! O rapaz tem pinta, vai lá” ou “É um caso perdido, não vale a pena estar a perder tempo com isso!”

Relata a sua própria experiência, quando passou para o lado dos avaliadores: “Quando já era chefe da secção desportiva, como os estágios eram sempre feitos no Desporto, eu tinha de informar o director. Houve períodos que recebia cinco estagiários de uma assentada e o director perguntava-me com uma certa frequência: “Então que tal vão os estagiários?” Eu respondia: «Olhe, um deles, fulano de tal, é muito hábil. Se eu lhe digo uma coisa uma vez, nunca mais é preciso repetir. Entrou aqui a fazer períodos muito grandes, nunca mais paravam, agora já faz as coisas curtinhas; o outro faz sempre um *nariz de cera* muito complicado antes de entrar propriamente na informação. É um vício, já lhe disse isto dez vezes e ele continua a fazer. Mas com um bocado de paciência, ele também vai lá!” Era assim: havia estagiários que se revelavam muito hábeis, mostravam logo que tinham pinta e outros que eram muito lentos a chegar lá”.

A verdade é que muitos jornalistas desta nova geração não só chegaram lá rapidamente, como foram bastante mais *além*. Roby Amorim resume o sentimento geral: “A minha geração foi uma boa geração. Era uma geração com uma formação política, que lia e se informava. Que lia não só o que se publicava em Portugal, mas tentava ler tudo o que se publicava por esse mundo fora. Foi uma geração apanhada por acontecimentos relevantes. Assistimos à mudança toda que aconteceu no mundo com o final da guerra: as independências africanas e asiáticas, o neo-realismo no cinema... enfim, tudo isso nos marcou muito e participámos. As gerações anteriores que tinham vivido sob o Salazar não tinham participado em nada, tinham-se acomodado, tinham ficado caladas. Podiam ler o seu livrozinho, fazer o seu romancelinho nacional, mas nunca liam um livro estrangeiro, não sabiam línguas”.

Baptista-Bastos tem uma visão idêntica: “A minha geração, que entra no jornalismo nos anos 60, é a mais politizada, a mais truculenta, a mais exigente e a mais inquieta. Nós sabíamos os nomes das pessoas, tínhamos as referências. Deparamo-nos com uma gente completamente amargurada: eles entendiam que não havia solução para este país. Já não podiam fazer nada, envelheceram aceleradamente, eram mais velhos que a idade biológica”.

Este jornalista-escritor (dupla qualidade que, curiosamente, é comum a muitos nomes desta geração) num livro de ficção inspirado na vida dos jornais, põe na boca de uma personagem que representa os *velhos* jornalistas: “Se há uma geração hipotecada é a nossa, a dos que já fizeram 50 anos. Um grande silêncio e uma grande cólera”.¹⁹

Diana Andringa, que chegou ao *Diário de Lisboa* no final dos anos 60²⁰ – até aí, as mulheres eram *aves raras* nas redacções – vinda, precisamente, da imprensa estudantil, salienta: “Líamos imensas revistas estrangeiras, comprávamos os livros proibidos e seguíamos muito atentamente as notícias internacionais porque eram essas que nos permitiam aprofundar certos assuntos, quer dizer, era possível tratar uma crise económica se não fosse cá (...) era possível falar da guerra [do Vietname, por exemplo] se não fosse a guerra que Portugal travava nas ex-colónias”.

Quase todos os nossos entrevistados (em particular, aqueles que trabalhavam nos jornais mais prósperos e inovadores, como o *Diário Popular* e o *Diário Ilustrado* dos primeiros tempos) mencionam a liberdade de que gozavam quando propunham a realização de trabalhos e o estímulo que encontravam para as concretizar. As chefias não só normalmente concordavam como lhes concediam elevada dose de autonomia.

Pedro Foyos conta como era no *República*: “Se o chefe de redacção, que era quem tinha o controlo, sabia que o jornalista estava muito empenhado em determinado assunto e que tinha bases, que estava a *filar* qualquer coisa com

interesse, não havia horários. Podia não aparecer durante dias. A expressão do Artur Inês era: “Ok, desaparece!” Ficava chateado se me visse na redacção”.

Também Baptista-Bastos menciona a liberalidade que existia no *Diário Popular*, sobretudo a partir da entrada de Francisco Pinto Balsemão, em 1962. Balsemão (filho e sobrinho dos dois administradores principais, Francisco e Henrique Pinto Balsemão) cria para si próprio um cargo que não existia na imprensa portuguesa – o de secretário de redacção – e introduz novos hábitos de trabalho. Passa a haver uma reunião diária matinal com os chefes de secção para discutir o jornal do dia e estimulam-se as ideias e a participação de todos.

Mário Ventura Henriques recorda a orientação que Balsemão transmitia aos jornalistas: “Escreva em liberdade, a censura depois se quiser cortar, que corte”. Baptista-Bastos conclui: “Não se podia ter ideias no *Popular*, tínhamos logo de as fazer!”

Esta condução mais agressiva, que também existia noutros jornais, sobretudo no *Diário de Lisboa*, modifica a prática jornalística. Passa a haver maior competição entre os jornais. O jornalista individualiza-se, ganha (ou recupera, já que essa prática existia durante a República) uma *assinatura* e um *estilo*. Nos jornais mencionados, são frequentes as chamadas de primeira página anunciando extensas reportagens assinadas no interior.

Até aos anos 60 (não estamos a falar de nenhum corte radical com o passado mas a dar sentido a pequenas rupturas com os hábitos instituídos), a *confraria* dos jornalistas – expressão usada por Afonso Serra que traduz bem a união deste grupo, reduzido em número (em 1960, o número de jornalistas *sindicalizados* era de 347²¹) e concentrado geograficamente (com excepção do *Diário de Notícias*, todos os jornais com sede em Lisboa se situavam no Bairro Alto) – promovia um espírito corporativo e de genuína camaradagem que se sobrepunha quase sempre às divergências políticas e às rivalidades profissionais.

João Coito, confesso homem de direita (foi afastado do cargo de chefe de redacção do DN no rescaldo da Revolução de 1974), descreve da seguinte forma o ambiente entre os jornalistas: “Uns eram socialistas, outros eram anarquistas, outros eram comunistas, mas era uma paz! Quando cheguei a chefe de redacção, ao fim de muitos anos, não marcava serviços de política aos que sabia que não eram da situação. Sentia que eles iam contrariados, e não lhes marcava nenhum serviço daqueles, para ver o respeito que havia. E se algum estava aflito, éramos uma família”.

Urbano Tavares Rodrigues refere-se a essa preciosa conquista, talvez a mais preciosa de todas, aquela que define o “território de resistência” do jornalista, e que se traduz na possibilidade de dizer *não*. “Enquanto a geração do meu pai dizia “eu sou republicano mas tenho de fazer isto porque é a minha vida”, a minha geração recusou-se. Nós dizíamos: eu não faço isso porque fere a minha dignidade”.

A resistência à deturpação pelo exagero, à hiperbolização dos feitos do regime, à glorificação das virtudes de Salazar, a submissão às fórmulas retóricas padronizadas para os relatos da vida política e institucional podia ser pequena, às vezes diminuta.

Roby Amorim ilustra com exemplos d' *O Século*: “escrevíamos ministro com minúscula e depois a pasta com maiúscula; presidente com minúscula e Câmara com maiúscula; enquanto o *Diário de Notícias* tratava sempre o Américo Tomás como o Venerando Chefe de Estado, nós dizíamos o Presidente da República e nunca escrevíamos Chefe de Estado porque nem sequer era termo de que gostássemos... eram coisas mínimas, mas que nos dava um certo prazer ir fazendo”. Eram, como escreveu Baptista-Bastos, “pequenas afirmações quotidianas de protesto, de honradez e de incomodidade”²².

Outras vezes, a ousadia foi enorme. Durante a campanha eleitoral de 1958 para a Presidência da República respirou-se em muitos jornais um clima de liberdade e desassombada crítica ao regime que mostra bem como a geração que despontou nos anos 60 soube ocupar corajosamente “os espaços de expressão possíveis” e desenvolver “uma consciência de grupo que se pretendia, antes de mais, racionalista e voltada para as realidades sociais, no sentido de as transformar”.²³

Era uma geração que tinha aprendido com os seus *pais* espirituais dos anos 40, aqueles que começaram por publicar nas revistas de inspiração neo-realista e que acabaram quase todos por fugir, ser perseguidos ou desistir, que “as ideias, as palavras, geradas num gesto anterior, são o começo doutro gesto, e que é preciso ir da ideia e da palavra para as coisas, e destas para as ideias, incessantemente, infatigavelmente”.²⁴

4. Conclusão

À semelhança do que acontecia na sociedade portuguesa que lentamente foi mudando por via de diversos factores, uns internos, outros externos, também nos jornais, em particular nos vespertinos, se respira a partir dos finais da década de 50 um ar mais moderno e cosmopolita, que se traduz em duas grandes linhas de mudança: na composição humana de muitas redacções, que passam a integrar quadros mais jovens, mais letrados e com alguns rostos femininos; no estilo e apresentação dos conteúdos jornalísticos, que introduzem quotidianamente nos jornais mais inovadores a reportagem e a entrevista, géneros anteriormente tão arredados das páginas da maioria dos jornais.

Este ambiente, constatado por todos os nossos entrevistados, não é acompanhado de mudanças políticas ou legislativas que significativamente tenham reduzido o controlo do Estado sobre a produção de informação. Pelo contrário, embora na paisagem política nada de novo se vislumbrasse, alguns jornais foram-se

constituindo como pequenas ilhas de insubmissão, contribuindo para fortalecer uma consciência e uma identidade profissional alinhada em torno de valores como a liberdade e a autonomia profissional que, embora impossíveis de alcançar à época, possuíam uma fortíssima capacidade de mobilização simbólica.

Notas

¹ SERRÃO, Joel, “Os anos 40, Condicionismos gerais. Um testemunho. Uma aproximação” in *Os Anos 40 na Arte Portuguesa, Colóquio na Fundação Calouste Gulbenkian*, Abril 1982, Lisboa, pp. 9-32.

² *Idem*, p. 19.

³ Destroçados os surtos de oposição de raiz anarco-sindicalista, e fortemente comprometida a acção do PCP, com a prisão, em 1949, dos seus principais dirigentes, os anos 50 são comumente designados como “anos de chumbo”. Isso não impede que tenham ocorrido eventos relevantes: logo em 1950, o I Congresso dos Homens Católicos, esboço da oposição que viria a ser encetada pelos chamados “católicos progressistas”; em 1951, greves no Alentejo mobilizam mais de 20 mil pessoas; ainda nesse ano, o PCP organiza greves de operários têxteis em Riba d’Ave e Vila do Conde, contra a chamada “campanha da produtividade”; em 1957, V Congresso do PCP (na clandestinidade) onde, pela primeira vez, se apoia a “imediate e completa independência das colónias.

⁴ *Idem*, p. 22.

⁵ Citado por MALTEZ, José Adelino, *Tradição e Revolução, Uma biografia do Portugal Político do século XIX ao XXI*, vol. II (1910-2005), Tribuna da História, 2005, Lisboa, p. 35.

⁶ ROSAS, Fernando, *Portugal Século XX (1890-1976), Pensamento e Acção Política*, Editorial Notícias, 2004, Lisboa, p. 115.

⁷ *Idem, Ibidem*.

⁸ Expressão que o escritor Baptista-Bastos coloca na personagem Salazar, num diálogo com o seu amigo cardeal Cerejeira, no romance *O Cavalo a Tinta-da-China*, Edições Asa, 1995, Lisboa.

⁹ ROSAS, ob. cit., p. 115.

¹⁰ DIAS, Luís Augusto Costa, “A imprensa periódica na génese do neo-realismo (1933-45) in *A Imprensa Periódica na Génese do Movimento Neo-Realista 1933 – 1945, Museu do Neo-Realismo*, 1996, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, pp. 15-53.

¹¹ MARQUES, A.H. de Oliveira, *História de Portugal*, Lisboa, Palas Editores, 1978, vol. 2, p. 353.

¹² MARCOS, Luís Humberto Marcos e FERREIRA, Rui Assis (Org.), “Imprensa, Censura e Liberdade, 5 Séculos de História”, Exposição no Palácio Foz, 1999, Edição do Instituto da Comunicação Social e Museu Nacional de Imprensa, Lisboa, p. 90.

¹³ Declaração recolhida durante uma entrevista para o projecto “Memórias Vivas do Jornalismo”, proposto pelo CIMJ (Centro de Investigação Media e Jornalismo) e apoiado pela FCT (Fundação para a Ciência e Tecnologia). Todas as citações de antigos jornalistas

incluídas neste artigo são retiradas das entrevistas que foram realizadas no âmbito do referido projecto, e cujo objectivo é retratar o quotidiano das redacções portuguesas entre 1940 e 1974, a partir de testemunhos orais e documentais recolhidos junto de antigos profissionais (sobretudo jornalistas, mas também tipógrafos e empresários).

¹⁴ *A política de informação no regime fascista*, Presidência do Conselho de Ministros, Comissão do Livro Negro sobre o Fascismo, volume 1, Abril de 1980, Lisboa, p. 35-36.

¹⁵ FRANCO, Graça, *A Censura à Imprensa (1820-1974)*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, s.d., Lisboa, p. 137

¹⁶ *A política de informação...*, p. 7.

¹⁷ Martinho Nobre de Melo, sidonista, professor catedrático, foi professor de Marcello Caetano, especialista em Cesário Verde.

¹⁸ Um deles, Carlos Lopes, de tanto correr, tornou-se grande atleta, tendo ganho a prova da maratona nos Jogos Olímpicos de 1986.

¹⁹ BASTOS-BAPTISTA, *O segredo adeus*, Editorial Futura, 1ª Edição 1963, Lisboa, p. 26. A personagem Ramalho é um velho jornalista anarquista.

²⁰ Diana Andringa tem a sua primeira experiência jornalística mais consistente na revista *Vida Mundial*, para onde entra primeiro como tradutora porque o director, Carlos Ferrão, achava que “as mulheres não podiam ser jornalistas”. O “marialvismo” existente nas redacções é patente na expressão de um jornalista acerca da indumentária da sua (então) única colega de profissão: “Ela hoje traz umas acanalhantes meias pretas”.

²¹ SOBREIRA, Rosa Maria, *Os Jornalistas Portugueses, 1933-1974*, Livros Horizonte, col. Media e Jornalismo, Lisboa, 2003, p. 27.

²² BAPTISTA-BASTOS, *O Segredo Adeus*, Editorial Futura, Lisboa, 1973, p. 10.

²³ DIAS, Luís Augusto Costa, ob. cit., p. 28.

²⁴ MIGUÉIS, José Rodrigues, citado por DIAS, Luís Augusto Costa, ob. cit., p. 28.

Bibliografia

A política de informação no regime fascista (1980), Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, Comissão do Livro Negro sobre o Fascismo, volume 1.

Azevedo, Cândido de (1997), *Mutiladas e Proibidas: Para a história da censura literária em Portugal nos tempos do Estado Novo*, Lisboa: Editorial Caminho.

Baptista-Bastos (1973), *O Segredo Adeus*, Lisboa: Editorial Futura.

Boavida Portugal, J.M. (1954), *Para um mais certo conceito da profissão jornalística*, Lisboa: Casa da Imprensa.

Cabrera, Ana, (2006), *A Imprensa na Época Marcelista*, Tese de Doutoramento defendida na FCSH-UNL, no Prelo.

Dias, Luís Augusto Costa (1996), *A imprensa periódica na génese do neo-realismo (1933-45)*. In *A Imprensa Periódica na Génese do Movimento Neo-Realista 1933-1945*, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, *Museu do Neo-Realismo*, pp. 15-53.

Curso de Jornalismo (1963), Estudos de Ciências Políticas e Sociais, nº 60, Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais.

- Fonseca, Wilton (1995), *À Sombra do Poder: A história da Lusitânia – 1944-1974*, Lisboa: Edições Memória do Tempo.
- Franco, Graça (1993), *A Censura à Imprensa (1820-1974)*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Jornal de Notícias – A memória de um século (1888-1988)* (1988), Porto, Empresa do Jornal de Notícias.
- Gonçalves, Rui Mário, Nova criatividade, novo espírito crítico, *Colóquio sobre A Cultura nos Anos 40*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian : 43-77.
- Marcos, Luís Humberto Marcos e Ferreira, Rui Assis (1999), *Imprensa, Censura e Liberdade, 5 Séculos de História, Exposição no Palácio Foz*, Lisboa: Edição do Instituto da Comunicação Social e Museu Nacional de Imprensa.
- Maltez, José Adelino (2005), *Tradição e Revolução, Uma biografia do Portugal político do século XIX ao XXI, volume II (1910-2005)*, Lisboa: Tribuna da História.
- MARQUES, A.H. de Oliveira (1978), *História de Portugal*, vol. 2, Lisboa: Palas Editores.
- Portela, Artur (1953), *Norberto Araújo: Jornalista e Escritor*, Lisboa: Oficinas Gráficas da Gazeta de Caminhos de Ferro.
- Rocha, Hugo (1946), *Jornalistas*, Porto: Liga Portuguesa de Profilaxia Social.
- Rodrigues, Miguel Urbano (2002), *O Tempo e o Espaço em que vivi*, Lisboa: Campo das Letras.
- Rosas, Fernando (2004) *Portugal Século XX (1890-1976), Pensamento e Acção Política*, Lisboa: Editorial Notícias.
- Serrão, Joel (1982), Os anos 40. Condicionalismos Gerais. Um testemunho. Uma aproximação, *Colóquio sobre A Cultura nos Anos 40*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian: 13-31.
- Sobreira, Rosa Maria (2003), *Os Jornalistas Portugueses 1933-1974, Uma profissão em construção*, Lisboa: Livros Horizonte.